

O ciberativismo sem bússola

Francisco Rüdiger

Doutor; PUCRS

frudiger@ig.com.br

MALINI, Fábio;

ANTOUN, Henrique.

A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.



Fábio Malini e Henrique Antoun são esclarecidos o suficiente para saber que a internet se tornou agência do capital e, assim, é prisioneira do fetichismo da mercadoria. Provando sua leitura de Benjamin, eles têm claro que, pela net também, surgiu entre as massas o “[...] gozo da espetacularização autocontemplativa [...] de sua própria conversão em mercadoria”. (p. 147). Mergulhada na lógica dos “pequenos Roberto Marinhos”, a internet configura “[...] uma ecologia na qual as ideias e as informações são sempre as mesmas em diferentes sites”. Destarte, forma um cenário em que desponta “[...] uma estratégia de extrair vantagens financeiras, publicitárias e de audiência que transbordará, depois, na busca por modelos de negócios baseados na reunião desses micro pop stars da irrelevância online”. (p. 163).

Acadêmicos declarados, os autores inclusive vão além, pretendendo que, não bastasse ser codificada mercantilmente, a liberdade se encontra agora em uma ordem na qual não falta a criação artificial de riscos, que “[...] servem para limitar a independência, expandir o medo e promover a aceitação dos discursos e práticas de segurança”. (p. 162). Na base da sociedade de perfis e das redes corporativas, mas também da defesa da credibilidade da informação das empresas de comunicação, se encontra para eles, portanto, a exploração política e econômica da experiência de insegurança ontológica oriunda de nossa inscrição na modernidade.

Entretanto, verifica-se que, no todo, é outro o aspecto que os autores desejam acentuar em seu estudo sobre a net e o ciberativismo. Convertidos em porta-vozes do fenômeno social, agora que a crítica caiu no vazio, o tom que emprestam à obra é o da legitimação. Deseja-se antes de tudo iluminar, se não badalar estas ações que procuram “[...] desviar a atenção das populações dos megainstrumentos de mesmerização global articulados pela fome pantagruélica das corporações por capital”. (p. 174). A referência ao que um dia se chamou de indústria cultural é algo que, para a obra, só importa como contraponto “[...] à multiplicidade de pontos de vista tecidos na cobertura informativa dos acontecimentos sociais, muitas vezes realizada de forma absolutamente pessoal, por milhares de sujeitos, estigmatizados como amadores”. (p. 162).

O fato relevante, anunciam os autores, seria que a entrada em cena da internet quebrou o monopólio da formação da memória e do exercício da narrativa coletiva, até pouco tempo controlados, crêem eles, pela mídia corporativa e massiva. Os equipamentos cada vez mais baratos e portáteis com que se desenvolve a internet ajudaram a criar uma mídia livre, popular e soberana, impulsionada através de redes sociotécnicas por milhões de usuários em todo o mundo. O resultado disso é que, atualmente, somos todos sujeitos capazes, potencialmente, ao menos, de produzir, atualizar e fazer circular a informação, articulando processos de comunicação coletiva, participativa e autônoma em relação à mídia tradicional. A comunicação foi parcialmente liberada do jugo do que se chama de império, de modo que “A questão deixa de ser a eliminação do que nos ameaça, para se tornar a construção ou invenção do que nos interessa”. (p. 177).

Curiosamente, os autores, apesar de pensarem com a multidão, revelam uma abordagem devedora do liberalismo clássico ao dissertarem sobre as redes sociais, exceto talvez no último capítulo, com uma noção de ator soberano em que se perde de vista a formação do sujeito social nas circunstâncias da economia de mercado contemporânea. As práticas de ciberativismo são tomadas pelo seu valor de face, sem se questionar as condições de onde se originam, o sentido que adquirem e o caráter dos sujeitos que as empreendem. Preocupados em não “entoar um refrão que expressa somente a subsunção da vida no capital”, eles caem no discurso desse último, proclamando, no melhor estilo publicitário e em sintonia com os interessados em dessa forma promovê-la, que “A internet se revelou um megaespaço público onde qualquer um tem voz e pode falar por si mesmo” e em que “A verdade do enunciante se liberta da servidão do enunciado e da escravidão performática dos dispositivos de enunciação”, através “do desvio da atenção hipnotizada e

do vazamento do silêncio governamental” que faz nascer uma “revolução [...] ocupando as ruas e praças das metrópoles”. (p. 175).

Baseando-se em Negri e Hardt, a dissertação, como já adiantado, contextualiza o assunto com as noções de império e multidão e se estrutura por meio do esquema biopoder – biopolítica, construído em termos politicamente maniqueístas e, conceitualmente, arbitrários. O biopoder se confunde com o sistema e é contra a autonomia da vida.

A biopolítica é um conjunto de atos de resistência e de contrainsurgência das vidas que não se deixam capturar pelo controle e reivindicam uma economia da cooperação que mantenha os bens comuns dentro de um direito e de um espaço público, para além da noção de que este deva ser regulado e garantido por um estado, portanto, por um agente de força exterior aos indivíduos, sem que isso seja uma experiência anárquica, mas de uma democracia que se constitui por direitos sempre abertos e potencializadores da liberdade. (p. 175).

Será que os ciberativistas e os seus simpatizantes sabem disso e, se souberem, têm noção de como o conjunto poderia funcionar sem levar o mundo, povoado por mais de sete bilhões de criaturas, que, no mínimo, precisam de transporte, alimentação e um mínimo de ordem pública, ao caos? Aos autores, o ponto está fora de questão. Poetas da contestação, segundo os quais “[...] o corpo que se imaginava imóvel, fixado em algum monitor, jorra por todas as ruas do mundo, cantando a luta por novos modos de viver”. (p. 151), o principal está, em seu ver, no fato de que a comunicação online não apenas se firmou como plataforma de resistência, mas agencia as máquinas de guerra ao tal Império inventado por Negri e Hardt.

Antoun e Malini notam, em complemento, que este diagrama não exclui a narrativa, e que esta, sendo uma construção, deve ser escrita desde o ponto de vista da contestação – o que se revela apropriado e original em nosso julgamento. O emprego da rede, notam bem, é agenciado por “[...] uma narrativa que se assemelha ao roteiro de um filme experimental que vai sendo escrito não só pelo diretor, mas pelos atores e equipe, conforme a filmagem se desenrola”. (p. 80). O problema com seu relato, veremos, é a excessiva dependência do diretor aos atores, mas isso não surge imediatamente. O primeiro capítulo destaca o papel dos grupos egressos da contracultura e suas várias associações na formação do ciberespaço com força e sem ignorar suas reviravoltas. O tom de voz é político: os mecanismos de auto-organização e de livre troca de saber criados pelos usuários surgidos com as primeiras apropriações cotidianas da rede acabaram por se chocar contra o projeto estatal e corporativo que viabilizou a WWW em meados dos anos 1990, mas, não obstante, lograram

afluir para o novo ambiente, passando a ser combustível das lutas biopolíticas no ciberespaço com que se abriu o século 21.

Contudo, dessa altura em diante, o texto começa a derrapar. Primeiro, surge uma espécie de fixação no movimento zapatista e na chamada “Batalha de Seattle”. Motivos para a tessitura de uma série de hinos em louvor ao ciberativismo, as referências agenciam a submissão do texto ao ponto de vista dos protagonistas da matéria relatada. Para nossa surpresa, verifica-se, porém, que os autores vão além, passando a argumentar com base nos textos dos especialistas que assessoram o Pentágono. Arquilla e Ronfeldt são postos no mesmo plano dos incensatos Deleuze e Guattari, o que não está mal, visto que, a despeito dos compromissos, todos são prisioneiros de uma época dominada pela metafísica da vontade de poder. Questionável é que, em vez de, pelo menos, apontar para tanto, os autores puxem sem pensar a linha desse novelo, privando seu relato do criticismo que justificaria academicamente seu trabalho.

Para eles, como os analistas citados, as lutas de classes culminam nas guerras de informação, tipo de guerra total e permanente na qual “[...] as armas usadas a maior parte do tempo são as notícias que os jornalistas, rádios, televisores e revistas despejam sobre as populações em seu bombardeio incessante unidas à capacidade de comunicação, controle e comando do ciberespaço”. (p. 85). Varia apenas a posição em que se assiste ao show.

A multidão se armou e as redes que sempre construiu para lutar contra o poder político burguês se metamorfosearam nas poderosas redes de guerra em rede, paralisando as armas de aniquilação do poder global e rompendo com sua cadeia de medo orquestrada pela mídia de massa corporativa. (p. 85).

A reportagem dessa guerra feita pelos autores, como dito, se caracteriza pela falta de preocupação crítica e analítica. A tônica é a celebração do ciberativismo, articulada num discurso fabulante, em que a possibilidade de que haja amorismo em algumas de suas práticas é, por exemplo, descartada como preconceito elitista. À abordagem do assunto, pregam os autores, convém seguir outra linha de análise, de acordo com a qual, sugere-se, existe um bom e um mau uso da internet. As redes de parceria, autonomistas e rizomáticas, estão bem, enquanto a redes corporativas, lineares e egoístas, estão mal. O “todo mundo está falando” da mídia corporativa é diferente do “meu amigo recomendou” da mídia social (p. 158). Os vetores se contrapõem, encontrando-se, porém, num mesmo terreno em que há “uma disputa ativa pela primazia” deste ou daquele “tipo de narração social e ação coletiva”.

(p. 159). A narrativa do poder que subentende ambas as mídias e os efeitos que sobre seus sujeitos exerce um único e mesmo sistema social, não é problematizada.

O Independent Media Center, fornecendo um relato pretendidamente mais fidedigno dos fatos, é bom como órgão veiculador de notícias a respeito do que ocorreu na mitologia de Seattle empolgada por Antoun e Malini. Já as empresas jornalísticas são más porque estão, por essência, proibidas de fazê-lo, decretam os autores. Destarte, contudo, falta-lhes a visão crítica que, relatando a dialética entre essas duas forças, os conflitos e convergências, mas também as limitações da nova mídia popular e da mídia corporativa, talvez pudesse dar conta melhor não apenas do que vem acontecendo nas comunicações de uma e outra, mas de como o conhecimento da realidade cotidiana está se modificando sob seu impacto conjunto.

A perspectiva de fundo é a que opõe a rebeldia ao império, e o contraste que vale é o existente entre o velho e o novo, legitimando-se o ativista presenteísta, que faz da luta um modo de vida, em detrimento do militante revolucionário que, no passado, a sacrificava em nome de uma causa final (p. 143). O sistema priva a existência de sentido e, por isso, inclusive estudiosos que o questionam, caem no irracionalismo – é maneira que interpretamos a linha de raciocínio presente no estudo resenhado. “A comunidade ativista transformou na prática o sentido da palavra resistência”. (p. 142) e foi além, entrando em ação contra as engrenagens do império, dizem-nos os autores – mas o leitor não fica sabendo de onde aquela resistência vem, quem são seus sujeitos e quais são as ideias que estes defendem. A explicação para tanto, segundo eles, se resume na invocação da vida, porque, para o texto, tudo isso simplesmente não se aplica ao caso: o ativismo é algo que “[...] mergulha nas entranhas do novo meio da internet e constitui através das potências anárquicas e libertárias, trazidas por ela, suas comunidades e suas práticas”. (p. 142). As atividades comunicacionais se transformaram, crêem, na nova forma de trabalho e, por isso, para eles, “a nova mídia é um meio para viver [a contemporaneidade]”. (p. 146).

Talvez esteja aí, nessa maneira de pensar, parte da explicação para o fato de que, após ter iniciado no registro historiográfico objetivo, a narrativa dos autores vá se estruturando de forma cada vez mais mítica, conforme se avança pelo livro adentro. Já no segundo capítulo as duas formas de relato coabitam, passando-se a endossar com um ou outro enfeite conceitual o relato surgido com o próprio fenômeno e que, agora, entre nós, até o pessoal dos rolezinhos empolga para fazer valer seus pretendidos direitos. Fora a reivindicação de uma renda universal, que, embora justificável, não se sabe como “retiraria

do capital a base de seu poderio exploratório”. (p. 217-219), não se vê no texto menção nenhuma a outro “interesse comum” lastreando um ativismo que, embora não se reduza a tanto, é certo, merece em parte a crítica que Adorno dirigiu aos estudantes esquerdistas europeus em *Notas marginais sobre teoria e práxis* (1969).

As razões por que se luta, se é que a luta tem razões, assim como a base concreta das revoltas e os “direitos comuns” que estão em jogo com o ativismo digital (p. 161) não se sabe jamais quais são (até porque talvez já não nos seja mais possível saber a respeito disso) lendo o livro. A obra, no que tem de teorização, remete o processo à organização multitudinária que incidiria no ciberespaço, sem esclarecer, como com dificuldade tentam os criadores do conceito, o que é a multidão, este algo que, aceitando-se fatos pelo valor de face ou sem se analisar como se articulam, os autores nos dizem que “[...] não para de experimentar novos modos de auto-organização democrática no interior de suas comunidades, conquistando um poder de propagação e contágio cada vez mais amplo e incontrolável”. (p. 132).

O panegírico com que a realidade é construída para o leitor se limita a dizer que estamos em guerra e que nela há, de um lado, os rebeldes, lutadores em nome da vida, e de outro, os defensores do império, interessados apenas na ampliação de seus negócios e no fortalecimento do aparelho de estado. A possibilidade de que esta consciência militar e sua visão do mundo social como cenário de guerra seja produto da corrupção da noção de bem comum e da independência de espírito a que conduz a ordem social dominante, marcada de ponta a ponta por uma vontade de poder amoral, que se manifesta, sobretudo, embora não só, via os mecanismos de mercado, não é cogitada. A coisa toda se passa como se estivéssemos no universo de *Guerra nas Estrelas* (George Lucas), já que “a quarta guerra mundial começou” (p. 85), falou e disse o Comandante Marcos (EZLN).

Desejamos notar que, a despeito disso, a leitura da obra é agradável e, em alguns momentos, divertida, quando, por exemplo, nos dizem os autores que o movimento de compartilhamento é um “darwinismo tecnológico do bem” (p. 176) e os vazamentos de informação que ocorrem na rede têm a ver com os “homens-bomba dos regimes autoritários” (p. 194). Noutra passagem, relativamente distante do foco do livro, somos informados sobre “um dado importante”: “Contra a homossexualidade inglesa havia uma lei extremamente rigorosa”: “Essa lei só vai cair por terra em 1964, por causa dos Beatles - eles tinham difundido um modo de ser e um modo de proceder que tornavam a execução da lei inviável”. [!] (p. 28). O volume, todavia, tem muitos trechos verborrágicos, de difícil

entendimento, a partir já do prefácio, onde se lê que surgiu agora “[...] uma multidão capaz de se autogovernar a partir de ações e proposições policêntricas” e que engendra “Processos disruptivos, capazes de passar, de forma inesperada, de um medo ou euforia difusos a uma manifestação massiva, produzida por contágio e processos distribuídos do que Felix Guattari chamou de heterogênesse” (p. 16) – que fato social não é capaz do mesmo?

O trecho a seguir, que conclui um parágrafo, é apenas um exemplo do que é da lavra dos autores: “Nestas condições de discurso e jogo [o das redes sociais], o enunciador pode emergir como marca do sujeito na pragmática da linguagem, tendo o rumor como grande antagonista e a dissidência como elemento principal da formação do enredo geral da história”. (p. 198). O seguinte remete à diferença entre as redes de parceria e as redes corporativas e é citado aqui apenas para mostrar a gravidade do problema:

A ação coletiva depende da presença de uma ameaça e um terror que venha recalcar o egoísmo como paixão essencial do homem, fazendo da pareceria uma derivação da submissão; ou a pareceria é a mais imediata e a mais complexa resposta capaz de fazer da ação coletiva o mesmo que a ampliação da potência, tornando a submissão um fulcro de estupidez encravado no cerne do poder de uma atividade”. (p. 90).

Alguém explica?

Aparecem no texto observações interessantes e sugestivas, como a de que o crítico, o intelectual e o jornalista, mas também os políticos, acrescentaríamos, perderam o monopólio da palavra publica na nova ordem midiática (p. 195). Também notam os autores que a apropriação dos meios de comunicação pelas massas introduz uma nova força e configura novo cenário, em que a cartografia das controvérsias se multiplica e traz embaraço à consciência teórica (p. 249). Sobretudo, eles nos fazem notar a contraposição estrutural entre os modelos da homepage e da timeline encontrada atualmente no ciberespaço, destacando, via a diferenciação de seus respectivos agenciadores, o usuário e o perfil, dois sistemas de práticas em jogo na internet: de um lado, o da informação e recolha e, de outro, o da colaboração e interneconexão (p. 210-216).

Tira-se desse último caso a conclusão de que “As redes sociais deixam de ser regidas pelas relações entre sujeitos emissores e objetos receptores, para tornarem-se redes de agenciamento coletivo e maquínico de subjetivação”. (p. 215). Discutir-se-ia, no entanto, o ponto, visto que, só com prejuízo para os sujeitos, a forma pode ser bem entendida sem menção aos conteúdos e à maneira como ela é concretamente agenciada. A tomada de palavra pelo público em relação à mídia corporativa não é automática e necessariamente um avanço na comunicação e, assim, na formação de uma consciência esclarecida e

independente, se é que ideias como essas ainda ecoam na consciência de nosso tempo. A publicidade a respeito do que acontece na vida de cada um e da qual os favelados estão começando a dispor é, sem dúvida, motivo de simpatia, mas não é, por princípio, algo necessariamente melhor do que o relato alternativo dado pelas autoridades ou, ainda mais propriamente, por uma empresa jornalística profissional e responsável (p. 248). O verdadeiro criticismo exige que isso seja avaliado caso a caso, embora se necessite e se deva trabalhar com teorias para podermos nos orientar provisoriamente em relação a cada realidade.

“A Internet e a Rua”, vamos terminar, pode ser lido, por tudo isso, como sinal do abandono da crítica e da entrega cega e entusiasta da consciência acadêmica ao movimento social, se não às forças que estruturam e definem nossa época. Endossando ações sem avaliar razões, a obra oferece às ruas o que essas não precisam e, mais, em geral, nem querem. A temática é relevante para os que desejam compreender a fortuna do espaço público no momento que estamos vivendo, mas o tratamento e conclusão da matéria suscitam dúvida. A rua e a net “exprimem o barulho da multidão” (p. 249) – mas isso é melhor do que o império cínico e fluído do capital?

Referências

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

Recebido em 20/03/2014

Aceito em 21/04/2014